



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

- **APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:**
DIA 07/04/2022 ÀS 09:00 HORAS
- **ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:**
DIA 07/04/2022 ÀS 09:00 HORAS
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL – RUA JOÃO NORBERTO DE LIMA, Nº. 222 – CENTRO – CARVALHÓPOLIS / MG CEP 37.760-000.
- **CONSULTAS AO EDITAL:** NO ROLL DE ENTRADA DA PREFEITURA MUNICIPAL OU NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
- **ESCLARECIMENTOS:** ATRAVÉS DO E-MAIL:
licitacao@carvalhopolis.mg.gov.br
fax (35) 3282 1208 telefone (35) 3282 1209



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Carvalhópolis Estado de Minas Gerais, com endereço à Rua João Norberto de Lima, 222 - Centro, Carvalhópolis, MG, CEP 37.760-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº. 05/2022** na modalidade **Pregão Presencial nº 03/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, pelo sistema de registro de preços, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto Federal n.º 5.450, de 31/05/2005, Decreto Municipal nº 1058/2005 de 24/11/2005, Decreto Municipal nº 2.505 de 11 de Abril de 2020, e optou por usar a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, Lei Complementar 123/06 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1-O Pregão será realizado em sessão pública, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal à Rua João Norberto de Lima, 222 – Centro.

2- Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Município de Carvalhópolis e a Equipe de Apoio designados pela portaria nº 1118/2021 de 09 de Setembro de 2022.

II - OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

III ÁREA SOLICITANTE

Chefia do executivo, Departamento de administração, Departamento de Educação, Departamento de Saúde, Departamento de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Assistência social e Departamento de Serviços Urbanos e Obras Públicas.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VIII deste instrumento convocatório.

1.1 - Participam da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

2 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

2.1 - Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Carvalhópolis/MG;

2.2 – Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

2.3 – Em consórcio, considerando que não está presente a amplitude ou diversidade de elementos que evidenciem a dificuldade de sua implementação por uma única empresa, como orienta o TCU, *PRC TC-020.391/2003-3. Acórdão nº 310/2001 – Plenário*, portanto, a administração optou por restringir empresas em consórcio de participar do presente certame.

2.4 – Com falência decretada;

2.5 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Lei 8.666/93.

2.5.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, o que se aplica aos membros da comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

V - CREDENCIAMENTO

1 - Horário de credenciamento: Às 09:00 horas do dia 07/04/2022.

2 - Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame - procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual seja-lhe atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

3 - O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.

4- O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo III e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

5 - Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação; a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, conforme modelo no anexo V.

6 – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, DEVERÃO apresentar junto com o credenciamento declaração demonstrando que cumpre os requisitos e que não possui nenhum impedimento para ser Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme dispõe o art.3º e incisos do § 4º e 42º a 49º da Lei Complementar 123/06 de 14/12/2006, conforme modelo sugerido no **ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

7 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

VI- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – Os documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” (ENVELOPE Nº. 02)
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022
“PROPOSTA COMERCIAL” (ENVELOPE Nº. 01)
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**

VII - PROPOSTA COMERCIAL

1 – A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, conforme modelo de Proposta Comercial constante do Anexo II, e que conste:

1.1 – descrição dos serviços, conforme especificações constantes no **Anexo II**;

1.2 - preço unitário e preço total de cada item, e valor global da proposta expressos em numeral;

2 – O licitante deverá formular os lances referentes à cada item;

2.1–Todos os itens deverão estar cotados com o valor unitário e total conforme Proposta de Preço (Anexo II);

3 - É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item licitado.

4 - Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 2 (duas) casas decimais.

5 - O preço deverá ser cotado considerando-se:

a) Deverá estar incluso no preço líquido da prestação dos serviços o deslocamento dos veículos e/ou máquinas até a sede do estabelecimento da empresa vencedora.

6 - O prazo da prestação, objeto desta licitação, que não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento.

7 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – **Habilitação Jurídica:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2 – Regularidade Fiscal e trabalhista:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

VI – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Certidão Negativa de Débito Inadimplidos.

3– Qualificação Técnica:

3.1- Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas ao dispositivo no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, assinada pelo representante legal do licitante (ANEXO IV);

3.2 - Declaração de que a empresa não está impedida de licitar conforme modelo ANEXO VI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

3.3- Declaração da licitante de que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo. (Anexo VIII);

3.4- A não entrega da declaração prevista no item anterior, indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.

4- Qualificação Econômico-Financeira:

4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5 - A documentação solicitada nos itens: 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 4.1 deverá ser compatível com o CNPJ apresentado.

6 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.**

7 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, após a protocolização;

8 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

9 - O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao *site* da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.

10 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura do Pregão.

11 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.5 do Título IX.

12 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

13- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

14 - A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a (ao) Pregoeiro (a).

15 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos (02) dias úteis inicialmente concedidos.

16 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

IX –PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1- Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se a sua imediata abertura e a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

2- Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se a sua imediata abertura e a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

3- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

2 –CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço unitário e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

2.5 – Será desclassificada a proposta que:

2.5.1 – Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

2.5.2 – Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados, ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

2.5.3 – Se o (a) pregoeiro entender que o preço é inexeqüível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exeqüibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

2.5.4 – Não havendo a comprovação da exeqüibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

2.5.5 – Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

2.5.6 – Prevalecerão os preços unitários, corrigindo-se os demais valores, conforme a divergência apurada.

3 – Lances Verbais

3.1 - Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

3.4 – Havendo Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será assegurada, como critério de desempate preferência na sua contratação:

3.4.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (Cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.4.2 – Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.4.2.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

3.4.2.2 – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no item 3.4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.4.2.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

no item 3.4.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.4.3 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 3.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.4.4 – O disposto no item 3.4.3 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4 – Julgamento

4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicados o objeto proposto.

4.5 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

4.6 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

4.7 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

5 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6 - Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

X – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

1- É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do **PREGÃO** e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

1.1-Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostos por qualquer licitante, no prazo de 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis – MG, situada à Rua João Norberto de Lima, 222 – Centro – Carvalhópolis – MG, no horário de 7:30 às 11:00 horas e das 12:30 às 17:00 horas.

2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

4 – Os respectivos recursos deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

4.1 – Ser dirigido Setor de Licitações de Carvalhópolis, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a), no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

4.2 – Ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

4.3 – Ser protocolizado na Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, à Rua João Norberto de Lima, 222, Centro, Carvalhópolis/MG, CEP 37760-000.

5 – A Prefeitura Municipal de Carvalhópolis/MG não se responsabilizará por memoriais de recurso endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos, e que, por isso não sejam protocolizados no prazo legal.

6- Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias.

7- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 - O resultado do recurso será publicados no “Minas Gerais”- Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e divulgadas no quadro de aviso localizado no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

9 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

XI- ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XII - CONTRATAÇÃO

1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar a Ata de registro de Preço, conforme **Minuta Ata de registro de preço - Anexo VIII**.

2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preço.

3- Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata de registro de preço, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de registro de preço.

4- O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata de registro de preço, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

6 - Se a empresa considerada vencedora deixar de assinar a Ata de registro de Preço no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pela Prefeitura, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

XIII- DA ENTREGA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

1 – A prestação de serviços objeto desta licitação será parcelada conforme necessidade do Município, mediante ordem de fornecimento assinada pelos responsáveis de cada Departamento.

2– A prestação de serviços deverá ser realizada após a emissão da ordem de fornecimento, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

3– A licitante vencedora da prestação dos serviços será responsável pelo deslocamento dos veículos até a sede do seu estabelecimento para a prestação dos serviços.

4– O recebimento do objeto desta licitação será baseado no Art. 73 da Lei 8.666/93:

I – Provisoriamente, para verificação se atende às condições exigidas no edital;

II – Definitivamente, após a vistoria que comprove a adequação do objeto.

XIV – PAGAMENTO

1 - O pagamento decorrente da concretização da troca de pneus, câmaras de ar e prestação de serviços objeto desta licitação será efetuado em até 30 dias pelo setor de fazenda da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, por processo legal, após a devida comprovação de cada entrega dos produtos e prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

2– Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, CNPJ/MG nº. 18.242.800/0001-84.

3 - As notas fiscais deverão estar acompanhadas do Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal e da Certidão de Regularidade junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

4– A nota fiscal correspondente, deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, que somente atestará a entrega dos produtos e prestação de serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Carvalhópolis/MG.

6- Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de registro de preço;

2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo da Ata de registro de preço, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão da Ata;

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor da ATA, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela EMPRESA por meio de guia própria emitida pelo município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

XVI – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1 – Os recursos necessários ao atendimento da despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.01.04.122.0001.2.212 3390 39 FICHA 13- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO GABINETE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

- 02.04.07.04.122.0000.005 3390 39 FICHA 48- MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.04.07.04.122.0001.2.014 3390 39 FICHA 63- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.06.01.10.301.0010.2.232 3390 39 FICHA 156- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.06.01.10.301.0010.2.233 3390 39 FICHA 158- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 265- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 266- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 269- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 270- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.05.12.122.0004.2.236 3390 39 FICHA 352- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.240 3390 39 FICHA 408- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.242 3390 39 FICHA 414- MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.04.18.541.0014.2.188 3390 39 FICHA 432- MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.05.20.606.0015.2.239 3390 39 FICHA 468- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA PATRULHA MECANIZADA, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.06.08.243.0007.2.195 3390 39 FICHA 585- MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.07.08.244.0006.2.196 3390 39 FICHA 600- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- 1.1 - Anexo I – Termo de Referência;
- 1.2 – Anexo II – Especificação do Objeto;
- 1.3 – Anexo III - Relação dos Veículos e Máquinas;
- 1.4 - Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento;
- 1.5– Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 1.6 – Anexo VI – Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, assegurado o cumprimento de habilitação para o credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

- 1.7- Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de fato Impeditivo;
- 1.8 – Anexo VIII – Modelo de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- 1.9 – Anexo IX – Minuta da Ata de registro de preço;
- 1.10- Anexo X- Minuta do Contrato Administrativo;

2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

4- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de Documentação dos licitantes que não venceram nenhum item.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7- O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

7.1- Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

7.2- O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

8- As decisões do Prefeito e do Pregoeiro serão publicadas no “Minas Gerais”- Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e divulgadas no quadro de aviso localizado no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

9- A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

10- A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

11- O município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

12- Para atender a seus interesses, o município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13- Cópia deste instrumento convocatório poderá ser disponível por e-mail e também permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada da sede da Prefeitura, podendo ser obtida junto à Comissão de Licitação, na Sala de Licitações da Prefeitura, no horário das 7 horas 30 min às 17 horas.

14 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do e-mail: licitacao@carvalhopolis.mg.gov.br via fac-símile (35) 3282 1208 e do telefone (35) 3282 1209.

15 - Fica eleito o foro da Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Carvalhópolis, 24 de Janeiro de 2022.

**JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1 431 SERVICOS 26935 TROCA DE PNEUS: REALIZAÇÃO DA TROCA DOS PNEUS EXISTENTE NO VEÍCULO POR OUTRO A SER DISPONIBILIZADO PELO SETOR DE TRANSPORTE, SENDO A TROCA INCLUSO TODOS OS PNEUS DO VEÍCULO OU MÁQUINA.

2 294 SERVICOS 26936 RODIZIO DE PNEUS: O RODÍZIO DE PNEUS É O REVEZAMENTO DOS MESMOS DENTRE OS EIXOS E LADOS DO CARRO.

3 870 SERVICOS 26937 CONSERTO DE PNEUS (LEVES): CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.

4 50 SERVICOS 26938 CONSERTO DE MAQUINA PATROL: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.

5 40 SERVICOS 26939 CONSERTO MAQUINA RETRO: DIANTEIRA: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.

6 40 SERVICOS 26940 CONSERTO DE MAQUINA RETRO TRASEIRO: CONSERTO DE PNEU FURADO. OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.

7 70 SERVICOS 26942 CONSERTO DE TRATOR: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.

8 510 SERVICOS 26943 CONSERTO DE VEICULOS PESADOS ONIBUS/ CAMINHAO/ TANQUE/ CARRETA

9 508 SERVICOS 26944 REPARO PARA PNEUS MANCHAO: RESTAURAR A RESISTÊNCIA DA CARÇAÇA DO PNEU NO LOCAL ONDE HOUE UM DANO À ESTRUTURA, EXISTA ALI UMA PERFURAÇÃO OU NÃO.

10 90 SERVICOS 27270 CONSERTO DE PNEUS TRATOR: TRASEIRO.

CONSERTO DE PNEU FURADO. OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO II

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE PROPOSTAS

ITEM	CÓDIGO	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	26935	431 SV	TROCA DE PNEUS: REALIZAÇÃO DA TROCA DOS PNEUS EXISTENTE NO VEÍCULO POR OUTRO A SER DISPONIBILIZADO PELO SETOR DE TRANSPORTE, SENDO A TROCA INCLUSO TODOS OS PNEUS DO VEÍCULO OU MÁQUINA.			
02	26936	294 SV	RODIZIO DE PNEUS: O RODÍZIO DE PNEUS É O REVEZAMENTO DOS MESMOS DENTRE OS EIXOS E LADOS DO CARRO.			
03	26937	870 SV	CONSERTO DE PNEUS (LEVES): CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
04	26938	50 SV	CONSERTO DE MAQUINA PATROL: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
05	26939	40 SV	CONSERTO MAQUINA RETRO: DIANTEIRA: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
06	26940	40 SV	CONSERTO DE MAQUINA RETRO TRASEIRO: CONSERTO DE PNEU FURADO. OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
07	26942	70 SV	CONSERTO DE TRATOR: CONSERTO DE PNEU FURADO, OS CONSERTOS DEVERÃO SER			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

			LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
08	26943	510 SV	CONSERTO DE VEICULOS PESADOS ONIBUS/ CAMINHAO/ TANQUE/ CARRETA			
09	26944	508 SV	REPARO PARA PNEUS MANCHAO: RESTAURAR A RESISTÊNCIA DA CARÇAÇA DO PNEU NO LOCAL ONDE HOUE UM DANO À ESTRUTURA, EXISTA ALI UMA PERFURAÇÃO OU NÃO.			
10	27270	90 SV	CONSERTO DE PNEUS TRATOR: TRASEIRO. CONSERTO DE PNEU FURADO. OS CONSERTOS DEVERÃO SER LIMITADOS A UMA ÁREA DE 40% DA BANDA DE RODAGEM E DEVERÃO SER FEITOS DO LADO INTERNO DO PNEU. O CONSERTO DE PNEUS RADIAIS DEVERÁ SER SEMPRE FEITO A FRIO COM PRP TAMBÉM CONHECIDO COMO PLUG DE REPARAÇÃO, NUNCA SE DEVE APLICAR CONSERTOS NAS REGIÕES DE 30% DE CADA LADO DA BANDA DE RODAGEM (REGIÃO DO OMBRO) ATÉ O TALÃO.			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$						

III – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação destina-se a manutenção dos veículos da frota municipal.

1- A necessidade de contratação de empresa se faz necessário para atendimento aos veículos da frota municipal, considerando que a Prefeitura Municipal não tem este tipo de serviços no Departamento de serviços urbanos e Obras Públicas.

1.1- Considerando que se trata de relevante prestação de serviços para manutenção e conservação da frota de veículos municipal;

1.2- Considerando a necessidade de mantê-los sempre bem cuidados e conservados em bom estado, para concretizar o principio de continuidade dos serviços públicos.

1.3- Considerando que os veículos da frota municipal estão sujeito a avarias com os pneus, precisando imediatamente do conserto por furos tendo em vista que é preciso a desmontagem e montagem do Pneu para o concerto.

1.4- Justifica-se o procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada na forma da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, de modo que a empresa contratada cumpra adequadamente suas atribuições.

IV – AVALIAÇÃO DE CUSTO

Conforme exigência legal, a Prefeitura Municipal de Carvalhópolis realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, junto a 3 empresas do ramo, sendo apurada a seguinte média aritmética de preços para verificação de disponibilidade orçamentária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

• Média Estimativa –R\$ 167.938,53 (CENTO, SESSENTA E SETE MIL, NOVECENTOS, TRINTA E OITO REAIS, CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS).

V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento a ser estabelecido no Edital é o de **menor preço por item**.

VI – DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

- 02.01.04.122.0001.2.212 3390 39 FICHA 13- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO GABINETE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.04.07.04.122.0000.005 3390 39 FICHA 48- MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.04.07.04.122.0001.2.014 3390 39 FICHA 63- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.06.01.10.301.0010.2.232 3390 39 FICHA 156- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.06.01.10.301.0010.2.233 3390 39 FICHA 158- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 265- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 266- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 269- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 270- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.05.12.122.0004.2.236 3390 39 FICHA 352- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.240 3390 39 FICHA 408- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.242 3390 39 FICHA 414- MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.04.18.541.0014.2.188 3390 39 FICHA 432- MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.05.20.606.0015.2.239 3390 39 FICHA 468- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA PATRULHA MECANIZADA, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.06.08.243.0007.2.195 3390 39 FICHA 585- MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.07.08.244.0006.2.196 3390 39 FICHA 600- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

VII- CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à contratada substituí-los por outros com as mesmas características exigidas no Edital, no prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Carvalhópolis/MG.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada. A Prefeitura Municipal de Carvalhópolis verificará as características dos materiais, bem como sua qualidade e recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com a especificação pretendida.

VIII – PRAZO DE EXECUÇÃO

1 – A prestação de serviços objeto desta licitação será parcelada conforme necessidade do Município, mediante ordem de fornecimento assinada pelos responsáveis de cada Departamento.

2– A prestação de serviços deverá ser realizada após a emissão da ordem de fornecimento, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

3– A licitante vencedora da prestação dos serviços será responsável pelo deslocamento dos veículos até a sede do seu estabelecimento para a prestação dos serviços.

4– O recebimento do objeto desta licitação será baseado no Art. 73 da Lei 8.666/93:

- I – Provisoriamente, para verificação se atende às condições exigidas no edital;
- II – Definitivamente, após a vistoria que comprove a adequação do objeto.

5- Prazo De Execução Da Ata De Registro De Preços

- I- A Ata de registro de preços terá vigência por um período de 12 meses.

IX – PAGAMENTO

1 - O pagamento decorrente da concretização da entrega dos pneus, câmaras de ar e prestação de serviços objeto desta licitação será efetuado em até 30 dias pelo setor de fazenda da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, por processo legal, após a devida comprovação de cada entrega dos produtos e prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

2– Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, CNPJ/MG nº. 18.242.800/0001-84.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

3- As notas fiscais deverão estar acompanhadas do Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal e da Certidão de Regularidade junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

4- A nota fiscal correspondente, deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, que somente atestará a entrega dos produtos e prestação de serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Carvalhópolis/MG.

6- Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

X - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de registro de preço;

2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo da Ata de registro de preço, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão da Ata;

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor da ATA, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela EMPRESA por meio de guia própria emitida pelo município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

XI- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

O objeto da licitação constante deste edital deverá ser prestado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, observados os termos do edital e da Ata de Registro de Preços, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades, após a emissão da ordem de fornecimento.

A Prefeitura do Município de Carvalhópolis - MG reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar o Ata de Registro de Preços e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/ 93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Carvalhópolis, ____ de _____ de 2022.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO V

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022**

**DECLARAÇÃO
EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito
no CNPJ nº, por intermédio de seu
representante legal, o (a) Sr (a)
....., portador da
Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da
República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
().
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

A
EMPRESA.....,
inscrito no CNPJ nº, com sede a
..... cidadepor
intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)
....., portador da
Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, que cumpre plenamente todos os
requisitos exigidos na habilitação do Pregão presencial nº 03/2022, inexistido,
fato superveniente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2022.

.....
Assinatura, qualificação
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(nome da licitante), inscrita no CNPJ sob nº _____,
neste ato representada por _____, portador da CI
nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
declara, para os devidos fins, que não está impedida de participar de licitação
ou de contratar com a Administração Pública.

_____, de

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO VIII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome/ razão social) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, por intermédio da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que sua empresa se enquadra como _____, e cumpre os termos da legislação vigente, artigos 3º e 42º a 49º da Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/2006, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da referida Lei.

_____, de _____ de 2022.

Assinatura do representante da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022

1º Detentora: _____

Aos __ (_____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte dois, na Sala de Licitações situada à Rua João Norberto de Lima, 222 – Centro Carvalhópolis - MG Prefeitura Municipal de Carvalhópolis – MG, neste ato representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor _____ e a 2º DETENTORA: empresa _____ situada à Rua _____ - Telefone /Fax: _____, CNPJ _____, neste ato representada por seu representante legal, conforme documento comprobatório, em conformidade com o estabelecido no artigo 15, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 980 de 03/06/2004 e Decretos Municipais n.º 1058/2005, de 24/11/2005, nº 2.505 de 11/04/2020, resolvem REGISTRAR O PREÇO, em conformidade com o Despacho epigrafado, consoante às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

§1º - O objeto desta ata deverá atender às normas técnicas da legislação vigente, e somente poderá ser proveniente de empresas do ramo em regular funcionamento.

§2º - Os serviços deverão ser prestados de acordo com as ordens de serviços emitidas pelo diretor de cada Departamento no local designado pelo próprio Diretos em até 2 (dois) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

Observado o disposto no artigo 67 e 73 a 76 da Lei nº. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização desta ata, assim como o recebimento e conferência do objeto, será realizado pelo Diretor do Departamento solicitante da 1ª DETENTORA.

§1º - O Diretor do Departamento solicitante da 1ª DETENTORA atestará a prestação dos serviços, objeto no documento fiscal correspondente, o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

servirá como meio de avaliação do cumprimento das obrigações desta ata e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.

§2º - A **2ª DETENTORA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto desta ata pelo Diretor do Departamento solicitante da **1ª DETENTORA**, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

§3º - A **1ª DETENTORA** não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, nesta ata.

§4º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **2ª DETENTORA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes desta ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

I. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços e do preço registrado, na Ata de Registro de Preços, à empresa vencedora estará obrigada a prestar os serviços à Prefeitura Municipal, sempre que esta lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na Ordem de serviço, objeto do presente, conforme Ata de Registro de Preços.

II. A Prefeitura Municipal de Carvalhópolis não estará obrigada a adquirir da empresa vencedora uma quantidade mínima dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, ficando a seu critério a definição da quantidade, do momento e da forma de prestação, desde que respeitado o disposto nas cláusulas antecedentes.

- O Fornecimento dos serviços, objeto deste certame, será de acordo com a programação dos departamentos, que são competentes para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- Os serviços fornecidos serão recebidos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e quantidade, e conseqüentemente aceitação, no prazo de 02 (dois) dias a contar do recebimento provisório.
- O licitante vencedor manterá a continuidade do fornecimento mesmo que possa vir a ter danos ou problemas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura de Carvalhópolis-MG.
- A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.
- A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de fornecimento, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

I - A ordem de serviço, que será considerada como um contrato de fornecimento acessório a presente Ata de Registro de Preços, estipulará:

a) Transportar os produtos para prestação de serviços, por sua conta e risco, até o local da entrega;

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou Imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes desta Ata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

c) Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE** com respeito à execução desta Ata;

No momento da prestação dos serviços pela licitante vencedora serão conferidas suas qualidades.

CLÁUSULA QUINTA - Das Condições Gerais

São condições gerais desta Ata de Registro de Preço:

I. Esta Ata regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos atos administrativos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

II. Esta ata, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente.

III. Qualquer tolerância por parte da **1ª DETENTORA**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **2ª DETENTORA**, não importará, em hipótese alguma, em alteração da presente ata, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas desta ata e podendo a **2ª DETENTORA** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IV. A **1ª DETENTORA** reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto nesta ata ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo cancelar nos termos do previsto no artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e aplicar as sanções previstas na Cláusula Décima Primeira.

V. Esta ata não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a **1ª DETENTORA** e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da **2ª DETENTORA** designadas para a execução dos serviços, sendo que esta é a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

VI. A **2ª DETENTORA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a **1ª DETENTORA**, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto da presente ata, ou da omissão em executá-la,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

resguardando-se a 1ª **DETENTORA** o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

VII – Os preços são irrealizáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes:

I - Da 2ª DETENTORA:

d) observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo da presente ata, bem como as suas cláusulas, preservando a 1ª **DETENTORA** de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da 2ª **DETENTORA**;

e) manter, durante a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta ata, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

f) indicar, no ato da assinatura desta ata e sempre que ocorrer alteração, 1 (um) preposto para representá-la perante a 1ª **DETENTORA**, devendo este preposto responder por todos os assuntos relativos ao fornecimento do produto e à execução dos serviços;

g) dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução desta ata, durante toda a sua vigência, a pedido da 1ª **DETENTORA**;

h) prestar os serviços obedecendo, rigorosamente, aos dias e horários fixados nesta ata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive cancelamento da Ata de Registro de Preço;

i) cumprir os prazos previstos nesta ata e outros que venham a ser fixados pela 1ª **DETENTORA**;

j) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes desta ata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do instrumento contratual;

k) providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela 1ª **DETENTORA** com respeito à execução desta ata;

l) respeitar as normas e procedimentos da 1ª **DETENTORA** relativos ao acesso de terceiros às suas dependências.

m) Prestar os serviços de primeira qualidade, e, que obedecem as normas técnicas da legislação vigente.

II – Da 1ª DETENTORA:

a) comunicar à 2ª **DETENTORA** qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto desta ata, fixando-lhe, quando não pactuado nesta ata, prazo para corrigi-la;

b) assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da 2ª **DETENTORA** ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificado;

c) arcar com as despesas de publicação do extrato desta ata, bem como dos atos administrativos equivalente, que venham a ser firmados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º- O valor da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO é de R\$ _____

§2º- Os preços unitários do objeto licitado serão os constantes do mapa de apuração anexo a esta Ata de registro de Preços.

§3º- A **1ª DETENTORA** pagará à **2ª DETENTORA**, o valor correspondente à quantidade de serviço prestados.

§4º - O pagamento à **2ª DETENTORA** somente será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições especificadas nesta ata, que será objeto de atestação por parte de cada setor solicitante da Prefeitura Municipal no documento fiscal correspondente.

§5º - O pagamento será efetuado pelo setor de fazenda da **1ª DETENTORA** em até 30 (trinta) dias após a apresentação da relação da (s) nota (s) fiscal (is) pela **2ª DETENTORA**.

§6º - As notas fiscais serão emitidas pela **2ª DETENTORA** em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.

§7º - A **1ª DETENTORA**, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à **2ª DETENTORA** para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no §4º acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

§8º - O pagamento devido pela **1ª DETENTORA** será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela **2ª DETENTORA** ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

§9º - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da **2ª DETENTORA**, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento dos produtos.

§10º - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a **2ª DETENTORA** dará a **1ª DETENTORA** plena, geral e irrevogável quitação do pagamento referente aos produtos e quantidades nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA OITAVA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta ATA correrão por conta das dotações orçamentárias:

02.01.04.122.0001.2.212 3390 39 FICHA 13- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO GABINETE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.04.07.04.122.0000.005 3390 39 FICHA 48- MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.04.07.04.122.0001.2.014 3390 39 FICHA 63- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.06.01.10.301.0010.2.232 3390 39 FICHA 156- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

- 02.06.01.10.301.0010.2.233 3390 39 FICHA 158- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 265- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 266- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 269- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 270- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.08.05.12.122.0004.2.236 3390 39 FICHA 352- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.240 3390 39 FICHA 408- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.242 3390 39 FICHA 414- MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.04.18.541.0014.2.188 3390 39 FICHA 432- MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.05.20.606.0015.2.239 3390 39 FICHA 468- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA PATRULHA MECANIZADA, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.06.08.243.0007.2.195 3390 39 FICHA 585- MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.07.08.244.0006.2.196 3390 39 FICHA 600- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

A parte das despesas decorrentes desta licitação ocorrerá por conta de dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2022.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

Este registro de preços terá vigência por um período de 12 meses.

§1º - nos termos do artigo 15, Parágrafo quarto da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pelas Leis nº. 8.883/94 e 9.648/98, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em Lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

§2º - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei de licitações, e da presente ata de registro de preços será cancelada, garantido à sua detentora, o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do cancelamento da Ata de Registro de Preço

A presente ata poderá ser cancelada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

I. Por ato unilateral e escrito da 1, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

§1º - Os casos de cancelamento da ata deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo o cancelamento desta ata e não sendo devida nenhuma indenização ou reparação pela **1ª DETENTORA**, a **2ª DETENTORA** responderá pelo preço estipulado na Cláusula Quinta, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela **2ª DETENTORA** até a data do cancelamento. Em igual situação, a **2ª DETENTORA** deverá restituir a **1ª DETENTORA** toda e qualquer quantia que lhe tenha sido, eventualmente, adiantada.

§3º - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

§4º - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste título, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao Processo Administrativo da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Sanções

Se a **2ª DETENTORA** ensejar o retardamento da execução do objeto da ata, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Carvalhópolis, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento da presente ata:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado da presente ata.

II. 20% (vinte por cento) sobre o saldo da presente ata, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente de cancelamento da ata.

20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da presente ata, no caso da **2ª DETENTORA**, injustificadamente, desistir da prestação dos serviços objeto ou der causa ao seu cancelamento, bem como nos demais casos de inadimplemento do cancelamento da ata.

§2º – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela **2ª DETENTORA** por meio de guia própria emitida pela **1ª DETENTORA**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

§3º - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Vinculação

Esta ata de Registro de Preço está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº. 05/2022, na modalidade Pregão Presencial nº. 03/2022, Registro de preço, do tipo menor preço por item, que lhe deu causa, exigindo-se rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Publicação

Esta ata terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no “Diário Oficial de Minas Gerais”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Alterações

As alterações pactuadas pelas partes, de modo a adequar a presente ata fins público que busca a **2ª DETENTORA**, serão formalizados igualmente por atos administrativos vinculada a ata original.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Foro

As partes elegem o Foro da Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente ata, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente instrumento contratual em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Carvalhópolis, _____ de _____ de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA
CNPJ:

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: _____

Ass.: _____

Nome: _____

Nome: _____

CI: _____

CI: _____

CPF: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

ANEXO VIII

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

MINUTA CONTRATUAL N.º ____/2022

O MUNICÍPIO DE CARVALHÓPOLIS - **ESTADO DE MINAS GERAIS**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, com sede na Rua João Norberto de Lima, 222 – Centro a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito,.....; e a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, SSP-____, e inscrita no CPF sob o nº _____; resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o **Processo Licitatório nº 05/2022**, na modalidade **Pregão nº 03/2022**, do tipo menor preço por item, sob a regência da **Lei Federal nº 8.666/93** e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Parágrafo único: O prazo para execução dos serviços **02 (dois)** dias após a emissão da ordem de serviço e confirmação de recebimento seja por email, telefone, correio e/ou fax.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e conferência dos serviços, serão realizados pelo diretor do departamento da prefeitura.

§1º - O responsável de cada departamento da Contratante atestará a entrega dos serviços no documento fiscal correspondente, o que servirá como meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.

§2º - A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato pelo funcionário do almoxarifado, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

§3º - A Contratante não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

§4º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I-Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II- A Contratante reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

III-Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, sem autorização da Contratante, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV-Qualquer tolerância por parte da **Contratante**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo a Contratada exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

V-O objeto deste Contrato deverá ser de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas e práticas técnicas a ele pertinente.

VI-A CONTRATADA reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e aplicar as sanções previstas na Cláusula Nona.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

VII- Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratante designadas para o fornecimento, sendo a Contratante a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

VIII- A CONTRATANTE, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a CONTRATADA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes:

I - Da CONTRATADA:

a) observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo do presente Contrato, bem como as suas cláusulas, preservando a **CONTRATANTE** de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da **CONTRATADA**.

b) manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

c) indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, 1 (um) preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE**, devendo este preposto responder por todos os assuntos relativos à execução do objeto contratado;

d) dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da **CONTRATANTE**;

e) cumprir os prazos previstos neste Contrato e outros que venham a ser fixados pela **CONTRATANTE**;

f) transportar os equipamentos, por sua conta e risco, até o local da instalação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

- g) responsabilizar-se pela qualidade dos equipamentos, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes deste Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;
- h) providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE** com respeito à execução deste Contrato;

II – Da **CONTRATANTE**:

- a) comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste Contrato, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;
- b) assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da **CONTRATADA** ao local de entrega dos produtos, desde que devidamente identificado;
- c) devolver os equipamentos inadequados à utilização, solicitando a sua substituição imediata;
- d) arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.

CLÁUSULA QUINTA – Do Preço e da Forma de Pagamento

§1º -A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor correspondente à quantidade de produtos entregues observados os preços unitários, conforme mapa de apuração.

§2º - O valor desta contratação é R\$ _____ (_____).

§3º - Os pagamentos à **CONTRATADA** somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições especificadas neste Contrato, que será objeto de atestação por parte do funcionário do Almoarifado da **CONTRATANTE** no documento fiscal correspondente.

§4º - Os pagamentos serão efetuados por processo legal pelo setor de fazenda da **CONTRATANTE** em até **30 (trinta)** dias, após a apresentação da nota fiscal pela **CONTRATADA**.

§5º - As notas fiscais serão emitidas pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal e deverão estar acompanhadas do Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal e do Certidão de Regularidade junto ao Instituto



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

Nacional de Seguridade Social – INSS e certidão negativa de débitos municipais.

§6º - A **CONTRATANTE**, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à **CONTRATADA** para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no §3º acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

§7º - Os pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela **CONTRATADA** ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

§8º - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da **CONTRATADA**, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento dos produtos.

§9º - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a **CONTRATADA** dará à **CONTRATANTE** plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos produtos e quantidades nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária e recursos financeiros:

O recurso financeiro da presente despesa será proveniente de recurso próprio que correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.01.04.122.0001.2.212 3390 39 FICHA 13- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO GABINETE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.04.07.04.122.0000.005 3390 39 FICHA 48- MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.04.07.04.122.0001.2.014 3390 39 FICHA 63- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.06.01.10.301.0010.2.232 3390 39 FICHA 156- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.06.01.10.301.0010.2.233 3390 39 FICHA 158- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 265- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.08.01.12.122.0004.2.237 3390 39 FICHA 266- MANUTENÇÃO DAS VANS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 269- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

02.08.01.12.122.0004.2.238 3390 39 FICHA 270- MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

- 02.08.05.12.122.0004.2.236 3390 39 FICHA 352- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.240 3390 39 FICHA 408- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.09.04.15.452.0008.2.242 3390 39 FICHA 414- MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.04.18.541.0014.2.188 3390 39 FICHA 432- MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO COMPATADOR DE LIXO, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.10.05.20.606.0015.2.239 3390 39 FICHA 468- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA PATRULHA MECANIZADA, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.06.08.243.0007.2.195 3390 39 FICHA 585- MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
- 02.12.07.08.244.0006.2.196 3390 39 FICHA 600- MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Prazo de Vigência

Este contrato vigorará pelo prazo, com início _____ e término _____ com eficácia legal a partir da publicação do seu extrato, prorrogável no interesse da Administração até o máximo permitido em Lei, especialmente com base no art. 57, I da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

IV. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

V. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

VI. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização ou reparação pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado na Cláusula Quinta, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela **CONTRATADA** até a data da rescisão. Em igual situação, a **CONTRATADA** deverá restituir a **CONTRATANTE** toda e qualquer quantia que lhe tenha sido, eventualmente, adiantada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

CLÁUSULA NONA – Das Sanções

Se a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

III. **0,3% (zero vírgula três por cento)** por dia de atraso na entrega dos equipamentos, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato.

IV. **20% (vinte por cento)** sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega, com a consequente rescisão contratual.

V. **20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, no caso da **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

§2º – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela **CONTRATADA** por meio de guia própria emitida pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA– Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 05/2022, na modalidade Pregão Presencial nº 03/2022, do tipo menor preço, que lhe deu causa, exigindo-se rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Publicação

Este Contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.242.800/0001-84

As partes elegem o foro da Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Carvalhópolis, ____ de _____ de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA CONTRATADA
CNPJ:

Testemunhas:

Nome: _____

CPF N°

Nome: _____

CPF N°: